

**Diário Notícias**

15-04-2016

**Periodicidade:** Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Economia**Dimensão:** 1097**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/11

# Fisco vai ter acesso a contas de portugueses em 98 países

**Transparência.** Para combater a evasão fiscal, 55 países, incluindo Portugal, vão trocar informações a partir de 2017 – a que se juntam mais 43 em 2018. As Finanças vão receber todos os dados de contas de portugueses no estrangeiro. Todos os anos ficam por pagar até 213 mil milhões de euros em impostos. **PORTUGAL** PÁGS. 10 E 11

## Fisco vai ter acesso a contas dos portugueses no exterior

**DOCUMENTO.** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico entregou ontem relatório sobre transparência fiscal aos ministros das Finanças do G20

MANUEL CARLOS FREIRE

A partir do próximo ano, as Finanças vão passar a receber anual e automaticamente os dados relativos às contas que os portugueses tenham num país estrangeiro ou num paraíso fiscal. Portugal está no grupo de 55 países que, já a partir de 2017, vão promover a troca automática de informações fiscais sobre os respetivos cidadãos. Em 2018 juntam-se mais 43, elevando para 98 o total de Estados e jurisdições fiscais que se comprometeram a implementar a troca automática de informações fiscais nos próximos dois anos.

De acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre transparência fiscal, entregue ontem aos ministros das Finanças dos países do G20, Portugal faz parte da meia centena de Estados e jurisdições fiscais, onde se incluem também as Ilhas Virgens Britânicas, Jersey ou a Ilha de Man, que implementam aquelas novas regras já a partir do próximo ano. O que vai tornar consideravelmente mais complicado tirar partido de jurisdições estrangeiras para ocultar dinheiro e fugir ao pagamento de impostos devidos.

"Com a troca automática de informação, corruptos e aqueles que fogem aos impostos nas suas jurisdições vão ter a vida muito mais dificultada", assegura o atual diretor de Estudos dos Países Europeus no Departamento de Economia da OCDE, Álvaro Santos Pereira (*ler entrevista*).

De acordo com o relatório da OCDE, "pelo menos 50 mil milhões de euros em receitas adicionais foram identificados em países que implementaram voluntariamente programas de publicação e outras iniciativas semelhantes para permitir aos contribuintes corrigir" situações de fuga ao fisco. "O progresso tem sido enorme e já permitiu que mais de meio milhão de contribuintes divulgassem ativos que tinham em paraísos fiscais às administrações fiscais dos respetivos países de residência", especifica o documento.

O relatório da OCDE surge uma semana depois de rebentar o escândalo financeiro que já fez

cair o primeiro-ministro islandês e revelou as ligações de centenas de líderes políticos, atores, atletas e outras figuras de renome mundial a *offshores*. Com mais de 11,5 milhões de ficheiros do escritório de advogados panamiano Mossack Fonseca, o quarto maior do mundo entre os que se dedicam à criação de empresas *offshore*, os Papéis do Panamá expuseram movimentos de milhares de milhões de euros feitos a partir de países de todo o mundo, com o objetivo de fugir ao pagamento de impostos, ocultar fortunas ou investimentos ou mesmo com finalidades mais obscuras, como a lavagem de dinheiro.

"Os padrões internacionais estabelecidos nos últimos anos sobre transparência fiscal são robustos, mas agora precisamos de garantir que a sua implementação é global e efetiva", considera a OCDE. "Não podemos permitir que qualquer jurisdição continue a beneficiar da falta de vontade em assumir compromissos e implementar padrões globais." A organização enfatiza que o Panamá é, a par do Bahrein, "um dos poucos

centros financeiros que até agora recusaram" implementar os chamados relatórios-padrão comuns (CRS, sigla em inglês) que permitem a troca automática de informações fiscais.

De fora estão também os Estados Unidos, que beneficiam de acordos bilaterais mas que se comprometeram a apoiar este tipo de medidas intergovernamentais de troca de informação relevante.

Ainda assim, a organização considera que este é um passo muito importante e pede aos Estados que juntem forças no sentido de conseguir "mais progressos, nomeadamente implementando regras de identificação de proprietários e beneficiários". E recomenda que o grupo intergovernamental da OCDE Diálogo de Oslo, criado para intensificar o combate ao crime fiscal e às movimentações financeiras ilícitas, seja mandatado para desenvolver novos caminhos que fortaleçam e tornem mais eficaz a cooperação entre agências de diferentes países.

Relativamente à centena de países que já se comprometeram a adotar os CRS até 2018, a OCDE deixa um alerta: "Alguns atrasos, seja no plano legislativo, de orientação ou outras formas de execução, podem minar a confiança dos contribuintes na sua global e iminente implementação." Note-se que o Panamá comprometeu-se em outubro de 2015 a aderir aos CRS, mas assumiu em fevereiro deste ano e sob pressão internacional que ainda não tinha adotado os novos padrões em matéria de combate global à evasão fiscal.

### Papéis do Panamá

Os milhões de ficheiros da Mossack Fonseca que uma fonte anónima entregou ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* há mais de um ano estão a ser tratados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ) sediado em Washington, de que fazem parte o *Expresso* e a TVI. Até agora, foram revelados os nomes de Luís Portela (presidente da Bial), do empresário Manuel Vilarinho e do industrial Ilídio Pinho, além da família Espírito Santo, entre os portugueses que constam nos Papéis do Panamá.

# 50 000

#### Receitas adicionais

Mais de 50 mil milhões de euros foram identificados nos países com programas de regularização do pagamento de impostos.

# 500 000

#### Ativos regularizados

Meio milhão de contribuintes já divulgaram às respetivas autoridades tributárias os ativos que tinham em paraísos fiscais.

# 11,5

#### Papéis do Panamá

Foram descobertos 11,5 milhões de documentos confidenciais com ligação à Mossack e que revelaram esquemas de fuga ao fisco.